



BARBACENA

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE BARBACENA - e-DOB

BARBACENA, QUARTA-FEIRA, 03 DE AGOSTO DE 2016 - EDIÇÃO EXTRA

PODER EXECUTIVO

Prefeito: Antônio Carlos de Andrada

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEGOV

Secretário: José Francisco Vidigal Silveira

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA

Presidente: Luiz Henrique Alves Donato

EXTRATO DE RESOLUÇÕES

Resolução nº 10, 19 de maio de 2016 – CMDCA. "Dispõe sobre eleição da Mesa Diretora para os cargos de Presidente e 1º Secretário do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – Biênio 2016 – 2017" O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições conferidas pelos artigos 90 e 91 da Lei Federal nº. 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, da Lei Municipal nº. 3.740/03 e através da deliberação lavrada na ata nº 254, de 19 de maio de 2016, RESOLVE: Art. 1º – Designar a composição da Mesa Diretora do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA com os seguintes cargos: Presidente: Luiz Henrique Alves Donato – Obras Sociais Nossa Senhora de Fátima – OSNF. 1ª Secretária: Irene Barbosa Moreira – Associação Mary Jane Wilson – AMAJW. Art. 2º – A composição da Mesa Diretora do CMDCA será completada com os demais cargos após indicação dos Conselheiros Governamentais. Art.3º Esta Resolução entra em vigor na presente data. Barbacena, 19 de maio de 2016. Luiz Henrique Alves Donato - Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Resolução nº 11, 28 de julho de 2016 – CMDCA. "Dispõe sobre eleição da Mesa Diretora para os cargos de Vice-Presidente e 2º Secretário do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – Biênio 2016 – 2017" O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições conferidas pelos artigos 90 e 91 da Lei Federal nº. 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, da Lei Municipal nº. 3.740/03 e através da deliberação lavrada na ata nº 257, de 28 de julho de 2016, RESOLVE: Art. 1º – Designar para a composição da Mesa Diretora do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, os seguintes cargos: Vice-Presidente: Carla Valéria Campos Pires Garcia – Secretaria de Saúde Pública; 2ª Secretária: Cintia Alves Antunes Leal – Subsecretaria de Programas Sociais. Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na presente data. Barbacena, 28 de julho de 2016. Luiz Henrique Alves Donato - Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Encaminha-se para publicação no E-dob os extrato de resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA. José Francisco Vidigal Silveira - Secretário Municipal de Governo. Hugo Tadeu Vicente Vidal - Subsecretário Interinstitucional. Hendryws Rosberg Pedrosa Cimino - Coordenador de Apoio aos Conselhos Municipais.

*Publique-se na forma da lei
José Francisco Vidigal Silveira
Secretário-Chefe da Casa Civil*

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE BARBACENA

Presidente: Flávio Barbosa da Silva

EXTRATO DE ATAS

RESUMO DA ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA/2012 - 28.09.12 – 2º Período – 4º Ano da Legislatura. AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS DO SEGUN-

DO QUADRIMESTRE DE 2012. Aos vinte e oito dias do mês de setembro, do ano de dois mil e doze, às dezesseis horas e vinte e seis minutos, sob a Presidência do Vereador Carlos Roberto Batista, no Plenário da Câmara Municipal de Barbacena, foi realizada a presente Audiência Pública, atendendo ao disposto no § 4º do Artigo 9º da Lei Complementar nº. 101/2000, com fundamentação legal, foi realizada a Audiência Pública para apresentação dos Resultados do Segundo Quadrimestre de 2012, com apresentação de contas do Executivo Municipal e Legislativo. Estiveram presentes os vereadores Carlos Roberto Batista, Presidente da Casa. Na abertura dos trabalhos o vereador Carlos Roberto convidou para fazer parte da Mesa a Sra. Rita de Cássia Monteiro, representando o Secretário Municipal de Finanças e a Senhora Vanessa Santana Fernandes, Controladora da Câmara Municipal de Barbacena. O Sr. Presidente passou a palavra à Sra. Vanessa, que saudou os presentes e lembrou que orçamento aprovado para o Poder Legislativo, para 2012, foi de R\$ 5.076.223,87 (cinco milhões, setenta e seis mil, duzentos e vinte e três reais e oitenta e sete centavos), orçado para o repasse do Poder Executivo. Informou que de Janeiro a agosto já foram repassados R\$ 3.281.292,19 (três milhões, duzentos e oitenta e um mil, duzentos e noventa e dois reais e dezenove centavos). afirmou que o saldo bancário, em agosto de 2012, seria de R\$ 473.576,73 (quatrocentos e setenta e três mil, quinhentos e setenta e seis reais e setenta e três centavos). Destacou que foram cumpridos os limites com gasto de pessoal, em relação à Emenda Constitucional 025/2000, gerando um total de R\$ 1.943.347,24 (um milhão, novecentos e quarenta e três mil e trezentos e quarenta e sete reais e vinte e quatro centavos) sendo o percentual aplicado de 59,23%. Lembrou que o permitido pela Emenda é de 70% do valor repassado pela Prefeitura, razão pela qual a Câmara atendeu ao dispositivo ao aplicar os 59,23%. Destacou as despesas com verba de gabinete que foram de R\$ 99.370,69 (noventa e nove mil, trezentos e setenta reais e sessenta e nove centavos) e que ao dividir esse valor entre os meses do ano e o número de vereadores encontrar-se-ia o valor gasto em cada gabinete por mês. Explicou ainda que no período de maio a agosto aconteceram dois processos licitatórios no Poder Legislativo, na modalidade convite, o 0023/2012, no valor de R\$33.000,00 (trinta e três mil reais), para reforma do telhado e de outros cômodos que se fizeram necessários e o 0036/2012, na modalidade convite, contratação do Vale Alimentação para os funcionários da Câmara Municipal no valor de R\$ 28.591,20 (vinte e oito mil e quinhentos e noventa e um reais e vinte centavos), e que demais compras não foram realizadas por meio de licitações, mas sim através de compra direta por não terem atingido o mínimo exigido pela lei de licitações. Ressaltou que o Vale Alimentação contratado teve como ganhadora da licitação a empresa Companhia Brasileira de Soluções e Serviços – Visa Vale. E que foi um benefício concedido apenas aos servidores efetivos da Câmara, bem como para os comissionados que trabalham dentro da Câmara Municipal. Não tendo mais nada a tratar colocou-se à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. Prosseguindo o Sr. Presidente destacou que os relatórios serão colocados à disposição e que foi recebida correspondência da CENATUR encaminhando relatório relativo ao quarto bimestre do corrente ano, atendendo a lei de Responsabilidade Fiscal e demais legislação pertinente. afirmou ainda que o presente relatório será anexado aos relatórios da presente Audiência Pública. Passou então a palavra para a representante do Secretário de Planejamento, Orçamento e Finanças, Sra. Rita de Cássia que destacou estar aqui na Câmara para cumprir a exigência da lei de responsabilidade fiscal. afirmou que a receita corrente líquida do Município ficou em R\$202.182.015,16 (duzentos e dois milhões, cento e oitenta e dois mil, quinze reais e dezesseis centavos) e que a despesa total com pessoal foi de R\$100.838.455,54 (cem milhões, oitocentos e trinta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos), alcançando um percentual de 49,88%. afirmou que as operações de crédito não

foram realizadas e por esta razão encontram-se zeradas no relatório apresentado. Fez a leitura do relatório resumido da execução orçamentária, que demonstram as receitas previstas, realizadas e as despesas. Mostrou que a receita prevista é referente ao ano e que a receita realizada é referente os meses já passados e que ficou em R\$ 149.170.392,74 (cento e quarenta e nove milhões, cento e setenta mil e trezentos e noventa e dois reais e setenta e quatro centavos) e que a previsão tinha sido de R\$ 225.440.181,34 (duzentos e vinte e cinco milhões, quatrocentos e quarenta mil e cento e oitenta reais e trinta e quatro centavos). afirmou que por ser agora apenas o segundo quadrimestre ainda é cedo para dizer se as metas serão alcançadas ou não. Mas acredita que em razão dos incentivos dados pelo Governo Federal, as metas não serão cumpridas neste ano. Demonstrou que as despesas fecharam em R\$146.401.956,94 (cento e quarenta e um milhões, quatrocentos e um mil, novecentos e cinquenta e seis reais e noventa e quatro centavos), ficando dentro do limite legal. Demonstrou também as despesas por funções, que demonstram os gastos das inúmeras secretarias da Administração e que totalizaram o gasto total acima, ressaltando que o relatório enviado pela CENATUR está consolidado entre tais despesas. Informou os resultados Primário e Nominal, onde verificou-se um superávit de R\$4.505.321,35 (quatro milhões, quinhentos e cinco mil e trezentos e vinte e um reais e trinta e cinco centavos), estando englobadas as receitas realizadas até o presente quadrimestre e também as despesas fiscais. Mencionou as metas de arrecadação e que, conforme dito no início, não estão sendo cumpridas e dificilmente serão cumpridas em razão dos pacotes de incentivos fiscais do Governo Federal, afinal quando o orçamento foi aprovado em 2011 tais pacotes não existiam. E demonstrou que as diferenças estão todas negativas, pois trata-se de recursos que foram previstos e que não foram repassados pelo Governo Federal e que em razão dessas diferenças chega-se aos exemplos mencionados, como o dos recursos da UPA que até o presente momento não foi repassado para o município, pesando muito no orçamento. Assim, destacou mais uma vez que a previsão foi maior que o orçamento realizado até o presente momento. E colocou-se à disposição para os esclarecimentos necessários. Prosseguindo mostrou o Relatório de Cálculo que é um comparativo dos último dois anos até o mês de agosto do presente ano das receitas arrecadadas. Tal relatório resalta esse problema da arrecadação ao mostrar que a arrecadação que deveria estar subindo este ano atingiu apenas R\$77.192.507,09 (setenta e sete milhões, cento e noventa e dois mil e quinhentos e nove reais e nove centavos), contra os R\$ 109.856.708,25 (cento e nove milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil e setecentos e oito reais e vinte e cinco centavos) do ano passado. Finalizou colocando-se à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários e agradeceu a atenção de todos os presentes. Prosseguindo o Sr. Presidente abriu o microfone para aqueles que quisessem fazer os seus questionamentos e pediu desculpas pela ausência dos demais vereadores. Iniciando ele mesmo as perguntas pediu uma informação, já que vem acompanhado a todas as prestações de contas desde o ano de 2009, e sempre vem cobrando qual tem sido a arrecadação do ISS no município, principalmente com a implantação da nota fiscal eletrônica, e que também gostaria de uma posição quanto à arrecadação dos bancos, em especial nas operações de leasing, já que os municípios teriam parte nessa receita. E perguntou se já existe algum preparo da Secretaria de Finanças nesse sentido. A Sra. Rita disse que na contabilidade são registrados todos os atos e fatos que acontecem e se a receita é arrecada eles têm por obrigação registrar corretamente na conta correta e verificar a procedência do recurso. Disse ainda que não pode responder a essa pergunta e quem poderia talvez fazer esse esclarecimento seria a Marcília, mas apenas se ela sentir-se em condições para dar essa resposta. No entanto, o Sr. Presidente já emendou com outra pergunta a respeito do IPTU que teve um aumento na arrecadação em razão das taxas de coleta de lixo e limpeza urbana que passaram a ser



BARBACENA

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE BARBACENA - e-DOB

BARBACENA, QUARTA-FEIRA, 03 DE AGOSTO DE 2016 - EDIÇÃO EXTRA

feitas conjuntamente em razão da criação da Secretaria do Meio Ambiente. No entanto, houve uma decisão judicial impedindo a cobrança dessa taxa junto ao IPTU, assim gostaria de saber qual o impacto que essa decisão causará no orçamento previsto para o ano. A Sra. Rita disse que não saberia dizer qual é o impacto. O Sr. Presidente ressaltou ainda a importância dessa audiência pública que é o momento oportuno para que sejam feitos os questionamentos, mas que infelizmente poucos participam e lamentou essa ausência. Em especial dos demais vereadores, afinal é importante para a discussão do orçamento que virá para a Câmara para ser votado. A Sra. Rita também acrescentou dizendo que a participação das pessoas é muito importante, em especial num dia como o de hoje que estão presentes muitos representantes da contabilidade do município e explicou que seria uma oportunidade para demonstrar que o município vem cumprindo todas as metas estabelecidas, mas ressaltou também que existe um alerta quanto ao gasto com pessoal e que em relação a isso o Tribunal de Contas já publicou o alerta data-base abril e com certeza irá publicar outro assim que encaminharmos o relativo a este quadrimestre, afinal o limite prudencial foi ultrapassado. E seria importante que mais pessoas estivessem presentes para tomar conhecimento das verdades e não saírem dizendo coisas que não têm embasamento. E afirmou que não há nada a esconder e que trabalham com transparência. Nada mais havendo a tratar, às 17h52, o Sr. Presidente agradeceu as presenças e determinou o encerramento da Audiência Pública. Eu, Danielle de Paula Almeida Duarte, redatora de atas, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será devidamente assinada. Vereador Carlos Roberto Batista - Presidente da Câmara Municipal. Vanessa Santana Fernandes - Controladora Interna da Câmara Municipal. Rita de Cássia Monteiro - Representante da Secretaria Municipal de Finanças.

RESUMO DA ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA - 30.09.13 - 2º Período - 1º Ano da Legislatura. AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS DO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2013. Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze, às quinze horas, sob a Presidência do Vereador Amarílio Augusto de Andrade, no Plenário da Câmara Municipal de Barbacena, foi realizada a presente Audiência Pública, atendendo ao disposto no § 4º do Artigo 9º da Lei Complementar nº. 101/2000, com fundamentação legal, foi realizada a Audiência Pública para apresentação dos Resultados do Segundo Quadrimestre de 2013, com apresentação de contas do Executivo Municipal e Legislativo. O Sr. Presidente passou a palavra à Controladora Interna da Câmara, Vanessa, para a apresentação da prestação de contas da Câmara Municipal. A Controladora lembrou que o Poder Legislativo está dentro dos limites percentuais estabelecidos pela emenda 25 e que o Poder Executivo repassou entre os meses de maio e agosto o valor de R\$3.850.698,08 (três milhões, oitocentos e cinquenta mil, seiscentos e noventa e oito reais e oito centavos) para o Poder Legislativo, valor este baseado no valor orçário de R\$ 5.776.047,08 (cinco milhões, setecentos e setenta e seis mil e quarenta e sete reais e oito centavos), referindo-se a 66% do que foi previsto no orçamento. Afirmou que a Câmara teve um gasto com a sua folha de pagamento no total de R\$2.376.034,97 (dois milhões, trezentos e setenta e seis mil e trinta e quatro reais e noventa e sete centavos), sendo 61,63% do valor repassado, estando cumprindo o limite constitucional. Destacou as despesas com verba de gabinete que foram de R\$148.637,06 (cento e quarenta e oito mil, seiscentos e trinta e sete reais e seis centavos), o que dividiu pelo número de vereadores e de meses até o momento dá uma média de R\$1.238,00 (mil, duzentos e trinta e oito reais). Esclareceu que as licitações realizadas foram as referentes à modalidade convite, dispensa e pregão. Com o pregão foram adquiridas impressoras para os setores administrativos e gabinetes dos vereadores,

no valor de R\$4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais) e também a contratação da empresa fornecedora do sistema de gestão integrado, sendo a Academia de Gestão Pública, com um valor contratual de R\$65.500,00 (sessenta e cinco mil e quinhentos reais). Já na modalidade dispensa de licitação foi realizada a locação do imóvel onde a Câmara está funcionando, no valor de R\$20.000,00 (vinte mil reais), sendo R\$4.000,00 (quatro mil reais) mensais, já programados até o mês de dezembro. E na modalidade de convite a vencedora da reforma da sede da Câmara Municipal, foi a empresa Telhacol, no valor de R\$106.629,47 (cento e seis mil, seiscentos e vinte e nove reais e quarenta e sete centavos), valor este que está dentro desta modalidade. As demais aquisições realizadas para a Câmara foram feitas por meio de dispensa dados os valores serem abaixo de oito mil reais. E finalizou dizendo que todos os relatórios estariam à disposição dos interessados e se colocou também à disposição para fazer os esclarecimentos necessários. O Sr. Presidente informou a presença e convidou o Secretário de Finanças da Prefeitura para fazer a apresentação dos relatórios da Prefeitura, bem como a Controladora Interna, também da Prefeitura, a Dra. Geovana Bonfante. Prosseguindo ele passou a palavra ao representante do Poder Executivo, José Francisco Milagres, Secretário Municipal de Finanças que apresentou os dados relativos ao segundo quadrimestre de 2013 e explicou que os relatórios ora apresentados serão remetidos ao Tribunal de Contas do Estado até o dia 15 de outubro e estão à disposição de quem quiser. Explicou que a receita corrente líquida, aquilo que o município recebe menos as receitas que são gastas pelo município. Mencionou os percentuais limites que devem ser gastos nos diversos setores do município. Explicando o relatório de gestão fiscal o mesmo demonstrou a receita corrente líquida que foi de R\$212.363.731,98 (duzentos e doze milhões, trezentos e sessenta e três mil, setecentos e trinta e um reais e noventa e oito centavos) e desses foram gastos com pessoal R\$100.795.867,75 (cem milhões, setecentos e noventa e cinco mil, oitocentos e sessenta e sete reais e setenta e cinco centavos), ficando no percentual de 47,46%, isso num período entre setembro de 2012 a agosto de 2013, cujo limite é de 90% elevaria para 48,60% o que faria com que o município fosse alertado por estar ultrapassando o limite legal para o pagamento de pessoal, com a extrapolção do limite prudencial, explicitando como funcionam esses limites. Demonstrou a dívida Consolidada do município que somou R\$61.223.615,02 (sessenta e um milhões, duzentos e vinte e três mil e seiscentos e quinze reais e dois centavos) e explicou que a dívida consolidada líquida ficou em R\$39.716.632,62 (trinta e nove milhões, setecentos e dezesseis mil, seiscentos e trinta e dois reais e sessenta e dois centavos) sendo o montante deduzido entre a dívida consolidada e as disponibilidades. Sendo o limite máximo de R\$254.836.478,38 (duzentos e cinquenta e quatro milhões, oitocentos e trinta e seis mil, quatrocentos e setenta e oito reais e trinta e oito centavos), estando o município em 18% desse patamar. Prosseguindo demonstrou qual seria a receita que serviria para a base de cálculo para os gastos em saúde e educação, totalizando R\$69.156.566,20 (sessenta e nove milhões, cento e cinquenta e seis mil, quinhentos e sessenta e seis reais e vinte centavos) cujos percentuais constitucionais determinam a aplicação de 25% na educação, mas foram aplicados 31%, no total de R\$21.508.755,05 (vinte e um milhões, quinhentos e oito mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e cinco centavos) e para a saúde o percentual constitucional é de 15%, mas foram aplicados 17,55%, totalizando R\$12.135.981,25 (doze milhões, cento e trinta e cinco mil, novecentos e oitenta e um reais e vinte e cinco centavos). Quanto às despesas feitas com pessoal demonstrou um quadro especificando toda a despesa acima informado, com detalhamento mês a mês. Em seguida apresentou o anexo 5 que demonstra a receita corrente líquida com

o seu detalhamento mês a mês, mostrando a execução do orçamento de janeiro a agosto de 2013, que totalizou R\$162.907.735,18 (cento e sessenta e dois milhões, novecentos e sete mil, setecentos e trinta e cinco reais e dezoito centavos), destes sendo R\$160.988.045,22 (cento e sessenta milhões, novecentos e oitenta e oito mil e quarenta e cinco reais e vinte e dois centavos) de receita corrente, R\$2.784.045,35 (dois milhões, setecentos e oitenta e quatro mil e quarenta e cinco reais e trinta e cinco centavos), dentre outros. No anexo 6 foram apresentadas as despesas que até o final de agosto o total com despesas liquidadas foi de R\$146.299.491,21 (cento e quarenta e seis milhões, duzentos e noventa e nove mil, quatrocentos e noventa e um reais e vinte e um centavos), sendo deste total, R\$136.258.949,52 (cento e trinta e seis milhões, duzentos e cinquenta e oito mil, novecentos e quarenta e nove reais e cinquenta e dois centavos) com despesas correntes e R\$2.097.701,52 (dois milhões, noventa e sete mil, setecentos e um reais e cinquenta e dois centavos) de despesas de capital. A seguir apresentou o demonstrativo de receitas e despesas do regime próprio de previdência social cuja receita inicial prevista e atualizada foi de R\$21.305.000,00 (vinte e um milhões, trezentos e cinco mil reais) e que a receita adquirida até o período foi de R\$14.174.899,82 (quatorze milhões, cento e setenta e quatro mil, oitocentos e noventa e nove reais e oitenta e dois centavos), já as despesas com o Regime de Previdência Próprio totalizaram R\$18.553.431,55 (dezoito milhões, quinhentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e trinta e um reais e cinquenta e cinco centavos), gerando um déficit de R\$4.378.531,73 (quatro milhões, trezentos e setenta e oito mil, quinhentos e trinta e um reais e setenta e três centavos), sendo este o aporte financeiro feito pelo município que foi demonstrado no anexo 8, ora apresentado. No próximo anexo demonstrou os resultados primário e nominal, que é o comparativo entre despesas realizadas e receitas realizadas, onde é possível ver a realização de receitas fiscais em R\$161.302.738,34 (cento e sessenta e um milhões, trezentos e dois mil, setecentos e trinta e oito reais e trinta e quatro centavos) e despesas fiscais em R\$143.778.689,43 (cento e quarenta e três milhões, setecentos e setenta e oito mil, seiscentos e oitenta e nove reais e quarenta e três centavos), evidenciando, neste momento um superávit na ordem de R\$17.524.048,91 (dezesete milhões, quinhentos e vinte e quatro mil e quarenta e oito reais e noventa e um centavos). Explicando que o governo municipal, de janeiro a agosto, conseguiu gerar mais receitas do que despesas, e esses recursos foram utilizados para o repasse ao Regime Próprio de Previdência e também para o pagamento de despesas já realizadas até o momento. Assim, o município está se organizando e se empenhando para garantir a execução do orçamento conforme empenhado. E explicou que as receitas são executadas em momentos sazonais. O que faz com que o superávit seja maior no início do ano e venha caindo ao decorrer deste. Prosseguindo apresentou o quadro do resultado nominal que é o comportamento da dívida consolidada do município que até o momento é de R\$39.716.632,62 (trinta e nove milhões, setecentos e dezesseis mil, seiscentos e trinta e dois reais e sessenta e dois centavos), tento sido reduzida e R\$8.309.128,99 (oito milhões, trezentos e nove mil, cento e vinte e oito reais e noventa e nove centavos). Isso indica o crescimento do poder de pagamento do município, reduzindo o déficit da dívida consolidada líquida. O que é um resultado nominal satisfatório. Dando seguimento apresentou o quadro comparativo das metas municipais de arrecadação explicando o que de fato é estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal e que até o presente momento o município apresenta uma arrecadação com excedente de R\$8.714.508,82 (oito milhões, setecentos e quatorze mil, quinhentos e oito reais e oitenta e dois centavos). No quadro seguinte apresentou um acompanhamento da conta "restos a



BARBACENA

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE BARBACENA - e-DOB

BARBACENA, QUARTA-FEIRA, 03 DE AGOSTO DE 2016 - EDIÇÃO EXTRA

pagar" que, em 31/12/2012 era da ordem de aproximadamente R\$56.000.000,00 (cinquenta e seis milhões) e hoje baixou para R\$46.336.033,01 (quarenta e seis milhões, trezentos e trinta e seis mil e trinta e três reais e um centavo). Já o quadro seguinte apresenta um comparativo das despesas realizadas até o dia 31/08/2013 entre os exercícios de 2012 e 2013, sendo que no exercício de 2012 as despesas correntes foram de R\$134.527.263,63 (cento e trinta e quatro milhões, quinhentos e vinte e sete mil, duzentos e sessenta e três reais e sessenta e três centavos) e em 2013 foram de R\$136.348.949,52 (cento e trinta e seis milhões, trezentos e quarenta e oito mil, novecentos e quarenta e nove reais e cinquenta e dois centavos), já as despesas de capital no exercício de 2012 foram de R\$11.874.639,31 (onze milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, seiscentos e trinta e nove reais e trinta e um centavos) e em 2013 foram de R\$9.940.541,69 (nove milhões, novecentos e quarenta mil, quinhentos e quarenta e um reais e sessenta e nove centavos), variando a menor em 0,08%. E no último quadro apresentou as transferências realizadas que em 2012 foram, para a Câmara Municipal, R\$3.281.292,19 (três milhões, duzentos e oitenta e um mil, duzentos e noventa e dois reais e dezesseis centavos) e em 2013 foram de R\$3.850.689,08 (três milhões, oitocentos e cinquenta mil, seiscentos e oitenta e nove reais e oito centavos); para o SESAP/DEMASP foram, em 2012 de R\$10.730.919,87 (dez milhões, setecentos e trinta mil, novecentos e dezesseis reais e oitenta e sete centavos) e, em 2013 foram de R\$10.823.699,15 (dez milhões, oitocentos e vinte e três mil, seiscentos e noventa e nove reais e quinze centavos); para a CENATUR, em 2012 foram de R\$1.857.871,07 (um milhão, oitocentos e cinquenta e sete mil, oitocentos e setenta e um reais e sete centavos) e, em 2013 foram de R\$1.507.936,31 (um milhão, quinhentos e sete mil, novecentos e trinta e seis reais e trinta e um centavos); para a FUNDAC o repasse foi, em 2012 de R\$313.557,74 (trezentos e treze mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e setenta e quatro centavos) e, em 2013 foi de R\$260.316,02 (duzentos e sessenta mil, trezentos e dezesseis reais e dois centavos) e por último, para o SIMPAS o repasse foi, em 2012 de R\$4.148.810,20 (quatro milhões, cento e quarenta e oito mil, oitocentos e de reais e vinte centavos) e, em 2013 foi de R\$6.363.233,45 (seis milhões, trezentos e sessenta e três mil, duzentos e trinta e três reais e quarenta e cinco centavos). E ressaltou que a folha de pagamento dos aposentados está em dia no atual exercício. E destacou ainda que os resultados deste quadrimestre são satisfatórios e os faz esperar que para o próximo quadrimestre será um final de exercício sem muita dificuldade para o município, mas alertou os companheiros de contabilidade e controladoria que levem aos chefes e departamentos de administração direta que, apesar dos saldos positivos não devem gerar aumento de despesas já que ao final de cada exercício acontecem os comprometimentos de despesas comuns das épocas e também as despesas que já foram autorizadas, mas estão com seus processos de licitações em andamentos e ainda não foram realizados devidamente. E futuramente apresentará as projeções para os próximos quatro meses, com a inclusão das licitações em curso, da folha de pagamento e demais despesas. E ressaltou que se virarem o ano com dívidas não haverá perspectivas de realizações para o futuro e alertou para que o resultado ora apresentado seja tido apenas como normal. E destacou que cada recurso público deve ser aplicado em prioridades, ou seja, aquilo que traz benefícios para a sociedade. Dando seguimento à Audiência Pública o Sr. Presidente abriu para perguntas do público. Com a palavra a Sra. Aparecida Bárbara de Oliveira parabenizou o Sr. Secretário pelos esforços em melhorar os resultados da Prefeitura. O Sr. Secretário disse que o que existe é um grande esforço em melhorar as condições das finanças do município. Com a palavra a Sr. Maria de Guadaluppi Ferrão, representante do Conselho Municipal de Saúde

ressaltou que o Secretário teria dito que a dívida do município estaria sobre controle, no entanto, ela notou que houve um aumento da dívida nesse quadrimestre muito grande em relação ao último quadrimestre, o que aparentemente não demonstra muito controle. E que o percentual é de 18%, sendo que o aumento da renda não chegou a 3%. O Sr. Secretário lembrou que o valor apresentado como dívida pela Sra. Guadaluppi refere-se ao período que vai de setembro de 2011 a setembro de 2012, dívida consolidada líquida. Valor que oscila, em função da disponibilidade de recursos, e que foram deixados restos a pagar de 2012 para serem quitados em 2013. Já nos últimos doze meses todas as dívidas realizadas em 2012 geraram impacto para o ano de 2013, compondo a dívida consolidada deste ano. No entanto, a Sra. Guadaluppi reafirmou que o endividamento estaria muito alto e que nem todos os dados fora devidamente apresentados nos slides passados para o público. O sr. Secretário, porém, reafirmou que a Sr. Guadaluppi não teria entendido os relatórios ora apresentados já que eles apresentam dados dos últimos doze meses e que ele apenas mencionou os dados do último quadrimestre já que este é o objetivo da presente audiência, mas que todos os dados constam dos relatórios e que nada poderia ficar sem o devido esclarecimento, já que em contabilidade as dívidas devem ser acumuladas e apresentadas para o Tribunal. A Sra. Vanessa, Controladora Interna da Câmara também ressaltou que possivelmente a falta de compreensão da Sra. Guadaluppi se desse porque o Secretário apenas mencionou os dados do último quadrimestre, mas trouxe para o público uma planilha com os relatórios que serão encaminhados futuramente para o Tribunal de Contas o que nem sempre é fácil de entender por todos que estão ouvindo. A Sra. Guadaluppi ainda disse que a diferença do valor de transferência para a saúde seria de cerca R\$92.000,00 (noventa e dois mil reais) e que é muito pequena para tratar dos assuntos de saúde, ainda que se necessite de mecanismos legislativos para o aumento desses investimentos em saúde. E perguntou o que estaria sendo previsto para a construção das três obras de Unidades Básicas de Saúde e que se encontram paradas e em depredação. O Sr. Secretário disse que o município não havia cumprido com as contrapartidas e agora estão trabalhando para cumpri-las e as obras já estão sendo retomadas. afirmou que o empreiteiro já foi chamado e o pagamento que não lhe tinha sido pago já está sendo providenciado, pois só por isso ele deixou de concluir as obras. E que a situação já está sendo remediada. A Sra. Guadaluppi disse estar preocupada porque enquanto as outras dezoito unidades básicas de saúde, estão em péssimo estado de conservação, existem três unidades que já deveriam estar reformadas, afinal já estamos no nono mês de administração. E pediu, ao Sr. Presidente da Câmara que, no caso de liberação de recursos para essa finalidade que isso fosse feito o mais rápido possível. O Sr. Secretário esclareceu ainda que as Unidades Básicas de Saúde estavam com as obras paradas serão retomadas agora, mas o processo são complexos por se tratar de convênios que devem ser acertados com o Ministério da Saúde. E, em breve o problema será resolvido. Com a palavra o Sr. Evanê, vice-presidente do Sindicato dos Servidores disse ter observado no primeiro anexo apresentado pelo Secretário foi demonstrado que o limite prudencial ficou bem abaixo daquilo que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal e perguntou se com esses valores não seria possível fazer um levantamento para que houvesse o acerto dos pagamentos dos servidores públicos municipais. O Sr. Secretário disse que de fato é preocupação do governo fazer o acerto dos servidores, mas não é possível fazer o acerto total de uma só vez. Esclareceu que os recursos que estão sendo arrecadados estão sendo direcionados para as atividades prioritárias. E destacou que o governo não pode parar o presente para acertar o passado as coisas têm que ser feitas aos poucos e conjuntamente. É preciso dar

os atendimentos devidos e prestar os serviços imprescindíveis. E estão trabalhando para que os pagamentos dos servidores sejam acertados o quanto antes. Com a palavra a vereadora Vânia disse a Sra. Guadaluppi que existem projetos tramitando na Câmara e que são realmente para a liberação de verbas para a saúde, porque infelizmente o Secretário de Finanças e Saúde trabalham com um orçamento que foi realizado no ano de 2012 e que é muito difícil de ser realizado. E se disse preocupada para que o próximo orçamento seja feito de maneira a proporcionar um trabalho mais viável para a administração. E complementando o questionamento do Sr. Evanê disse que gostaria de saber se todos os servidores estariam protegidos porque eles trabalham e precisam receber para garantir suas vidas. O Sr. Secretário disse que o município é conhecedor da obrigação deixada do governo passado e que havia o resto de pagamento desde o mês de setembro e décimo terceiro para serem pagos. E que não seria possível enfrentar os pagamentos diários mais os pagamentos em abertos deixados pelo governo anterior. E ressaltou que o que já foi possível fazer estão fazendo e pretendem fazer mais até dezembro e que o Prefeito também está preocupado nesse sentido. Porém, a preocupação maior é não gerar mais dívidas e manter o pagamento atual em dia, sendo pago até o quinto dia útil. Com a palavra a Sra. Marilene, Representante da Pastoral da Criança e do Menor, disse ter trazido um abaixo-assinado em razão de que o Posto de Saúde do bairro Funcionários está sem pediatra. Destacou que também foi entregue uma cópia deste abaixo-assinado ao promotor. E pediu que o Secretário olhe com carinho pela situação daquele bairro. E que as crianças necessitam desse atendimento, pois as mães estão tendo que vir para o CAM, de madrugada para serem atendidas. E que não é sempre por razões de urgência, é preciso que seja feito um acompanhamento dessas crianças. Falou ainda que os agentes do Programa da Saúde da Família foram proibidos de acompanharem a pesagem feita pela pastoral da criança e lhes disseram que a Secretaria da Saúde não iria mais pagá-los pela idas aos sábados na Pastoral. E pediu providências no sentido de reverter tais situações. O Sr. Secretário agradeceu a colaboração das representantes da Pastoral do Menor, mas destacou que o tema abordado não é o objetivo da reunião de hoje, mas foi em colocado para que os vereadores e Secretário de Governo presentes, como o Secretário de Política, e da Saúde para que eles levem o assunto ao Prefeito. Disse ainda que o assunto poderia ser levado ao Secretário de Saúde, antes mesmo de ser levado ao conhecimento de qualquer autoridade, porque ele é a autoridade máxima para as políticas de saúde da cidade e em razão de questões de hierarquia. E pode ser que o Secretário de Saúde não saiba disso. E caso ele tome conhecimento, mas não tome providências que se leve ao conhecimento do Prefeito e só depois levar à justiça, para evitar que as esferas sejam puladas e assuntos desnecessários sejam levados às autoridades que não têm competência para solucionar o problema levantado. Com a palavra o vereador Márcio Zeferino perguntou ainda a respeito do atraso dos servidores públicos municipais e que essa situação precisa ser acertada e sugeriu que se faça um levantamento para o pagamento desses atrasados. E sabe da capacidade do prefeito e por isso acredita que poderia ser resolvido de alguma forma. O Sr. Secretário reafirmou o que já tinha dito e destacou que a primeira obrigação do governo é garantir que os atuais pagamentos sejam feitos até o quinto dia útil. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão às 16h45. Eu, Danielle de Paula Almeida Duarte, Redatora de Atas, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e pelo Senhor Secretário de Finanças. Vereador Amarílio Augusto de Andrade - Presidente da Câmara. José Francisco Milagres - Secretário de Finanças.